

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Rummenigue Farias Lima

PERFIL DOS COLABORADORES DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA
AO SETOR PÚBLICO

Brasília, DF
2013

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multi institucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Rummenigüe Farias Lima

PERFIL DOS COLABORADORES DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA
AO SETOR PÚBLICO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Educação e pesquisa em contabilidade

Brasília, DF
2013

LIMA, Rummenigüe Farias.

Perfil dos Colaboradores do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público /Rummenigüe Farias Lima – Brasília: UnB, 2013.
34 f.

Orientador(a): Prof. Mestre Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de Ano.

Bibliografia.

1. Contabilidade 2. GTCON 3. Perfil Profissional 4. Teoria da Aprendizagem Situada I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

Rummenigue Farias Lima

PERFIL DOS COLABORADORES DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA
AO SETOR PÚBLICO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Mestre André Luiz Sant'Ana Ferrari
Examinador - Instituição

Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha querida família,
Anahides, Raimundo e Rahídes,

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre guiou e guia minha vida para os melhores caminhos possíveis.

A minha família, que acreditou e confiou em mim, investiu na minha educação e mostrou que na vida não há vitória sem luta.

A minha irmã, que eu amo muito.

Ao meu orientador, professor Mestre Abimael de Jesus Barros Costa, pelos ensinamentos, por toda atenção, paciência e dedicação. Gostaria de parabenizá-lo pelo comprometimento e seriedade com que orienta seus alunos nas pesquisas.

Aos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em especial Bruno Ramos Mangualde, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, Henrique Ferreira Souza Carneiro, Antonio Firmino da Silva Neto e ao ex-Coordenador Geral da CCONF, atual Superintendente da Subsecretaria de Modernização das Finanças Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Feijó da Silva, que contribuíram para a pesquisa, na coleta de dados, pré-teste e outras informações importantes sobre o GTCON.

A todos meus amigos, em especial o Luiz Otavio, Igor Ian, Hayla, Daniel e a minha namorada Rebeca Cordova, que acompanharam e sabem de todo meu esforço para se alcançar o objetivo da graduação em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília (UnB).

*“E agora eu me pergunto, e daí?
Eu tenho uma porção de coisas grandes prá conquistar e eu não posso ficar aí parado”.*

Ouro de Tolo - Raul Seixas

PERFIL DOS COLABORADORES DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público já é uma realidade no âmbito do setor público. Contudo, isso só foi possível devido ao engajamento e a colaboração de diversas pessoas que acreditaram nos novos rumos dessa contabilidade. Esta pesquisa possui o objetivo de traçar o perfil dos colaboradores do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que participaram do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON desde a sua criação. A metodologia da pesquisa se baseou na aplicação de questionário *on-line*, enviado pela Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – STN/CCONF para a relação de e-mails que o próprio órgão mantém como canal de comunicação entre os membros do GTCON. No questionário foram coletadas informações sobre (i) dados do entrevistado, (ii) informações sobre a sua participação e (iii) informações sobre a sua contribuição. Com base nos dados coletados, o GTCON, desde sua criação, teve um percentual acima de 80% de colaboradores com graduação mínima em Ciências Contábeis. Cerca de 60% dos membros possuem mais de 11 anos de experiência com Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP, e a faixa etária predominante desses membros está concentrada entre 41 e 50 anos, o que representa cerca de 37 % do total da amostra. Numa visão geral, aproximadamente 75% dos membros acreditam que o grupo está muito engajado com o processo de mudança proposto. Constatou-se que a mudança redacional da portaria MF/STN n° 109, de 21 de fevereiro de 2011, quanto à preferência por contabilistas em sua representação foi apenas para valorizar ainda mais a classe contábil. O grupo é composto por membros mais experientes em CASP, o que pode evidenciar práticas de participação periférica legítima.

Palavras-chaves: Contabilidade; Setor Público; GTCON; Perfil Profissional; Teoria da Aprendizagem Situada

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a contabilidade pública vem passando por diversas mudanças, com visível e rápido avanço em suas discussões, no que se trata de práticas contábeis alinhadas aos padrões internacionais. Esses avanços ocorreram devido à percepção dos órgãos que normatizam a contabilidade pública de que era necessário reestruturar a contabilidade seguindo tanto as Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, quanto as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Surgindo assim o novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público que, segundo Feijó (2009, p. 23), “visa resgatar a Contabilidade como ciência e seu objeto de estudo: o patrimônio da entidade pública”.

A contabilidade pública avançou durante esse período, porém ainda há muito o que se desenvolver. Para que essas mudanças ocorressem, diversos colaboradores contribuíram e

ainda estão contribuindo para que a contabilidade pública faça uma contabilidade patrimonial mais próxima da realidade, e assim consiga contabilizar o patrimônio público da forma mais correta possível, distanciando-se da contabilidade orçamentária.

As discussões acerca do tema estão num nível avançado, assuntos que antes eram algo distante, como utilização do regime de competência para registro das transações, depreciação e sistema de informação custos, agora, a portaria MF/STN n° 828, de 14 de dezembro de 2011, faz com que os entes da federação tenham um prazo para apresentar um cronograma com ações visando adotar essas novas práticas até 2014. Porém, para que as discussões chegassem nesse nível, foi necessária a colaboração de várias pessoas interessadas, como profissionais com expertise em contabilidade, professores, acadêmicos, contabilistas e até mesmo profissionais de outras áreas. Esse avanço se deve aos diversos colaboradores e grupos de discussões que ousaram debater sobre os novos rumos da CASP, como o Grupo Assessor do CFC, Comitê Gestor da Convergência no Brasil e o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis - GTCON.

Diante desse contexto do processo de convergência do setor público, o presente estudo escolheu como foco o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis - GTCON, por ter como fruto das discussões o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP. Segundo o próprio MCASP (2012, p.3) “visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio público”. Entretanto, os colaboradores do MCASP pertencentes ao GTCON são pessoas de diversas áreas de atuação, não necessariamente contabilistas, e estão contribuindo para a elaboração desses manuais, que, via de regra, serão utilizados por contabilistas do setor público. Por isso, a pesquisa traz como problema de pesquisa “Qual o perfil profissional dos colaboradores do MCASP?”.

O objetivo do estudo é traçar o perfil profissional dos colaboradores do MCASP, que participaram do GTCON desde a sua criação. Porém, para alcançar tal objetivo geral será necessário desmembrar o estudo nos seguintes objetivos específicos: apresentar o perfil profissional esperado desses colaboradores; conhecer o perfil profissional desses colaboradores e analisar, por intermédio da opinião dos membros do GTCON, o nível de colaboração deles dentro do grupo.

Observando a evolução das portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN que dispõem sobre a composição e funcionamento do GTCON, instituído pela Portaria STN n° 136, de 6 de março de 2007, modificado e atualizado pela Portaria STN n° 415, de 15 de julho de 2010, pela Portaria STN n° 582, de 13 de outubro de 2010, e pela Portaria STN n° 109, de 21 de fevereiro de 2011, constatou-se que somente em 2011 a portaria STN n° 109 trouxe a seguinte expressão “sendo preferencialmente contabilistas” no que se refere à representação dos membros do grupo, o que nos leva a acreditar que nem sempre os contabilistas foram maioria. Será que essa mudança redacional foi apenas para valorizar mais a classe contábil ou foi pelo fato das pessoas que estavam colaborando nas discussões sobre CASP não ter formação em contabilidade? Com base nessas indagações pretende-se investigar o perfil profissional desses colaboradores. Outro fator importante que nos leva a pesquisar o tema é o fato de ser algo novo e que esse estudo sirva de base para outras pesquisas da área, além de figurar de *feedback* para os colaboradores do grupo.

Com este estudo espera-se verificar através de dados estatísticos o perfil profissional dos colaboradores e saber qual a percepção dos membros sobre a sua contribuição dentro do grupo, relacionando com alguns conceitos da teoria da aprendizagem situada.

A pesquisa será feita através de um questionário *on-line* enviado para a relação de e-mails que a STN/CCONF – Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação mantém como canal de comunicação entre os participantes do grupo. Após a coleta de dados, as informações serão analisadas pelo programa de estatística *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS para auxiliar na análise dos dados.

2 A NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

A contabilidade brasileira, principalmente a pública, sempre foi muito atrelada à legislação, uma vez que o Brasil é um país de *Code Law*, que consiste na visão legalista, em que a aplicação de uma nova prática está diretamente atrelada a sua previsão na legislação vigente. Segundo Niyama (2009, p. 280), “enquanto existe certa flexibilidade nas normas contábeis para o setor privado, mesmo num país de Code Law, o mesmo, geralmente, não ocorre com o setor público. Em outras palavras, o grau de discricionariedade, ou seja, a possibilidade de fazer escolhas contábeis é muito menor no setor público”. Nessa mesma linha, Slomski (2003) diz que, na prática, a contabilidade pública brasileira sempre ficou muito atrelada à lei, fazendo-se apenas o que o que a lei pede. Tal condição contribui para inibir qualquer iniciativa que proponha outras formas de evidenciação contábil.

Baseada nessa visão legalista da contabilidade pública brasileira, Slomski (2009) traz quatro grandes marcos regulatórios para a evolução da contabilidade pública brasileira. O primeiro deles é a promulgação do Código de Contabilidade da União, em 1922, que, segundo o autor, orienta a elaboração dos Balanços da União, nascendo no Brasil um dos primeiros instrumentos para orientar a contabilidade pública nessa esfera. Outro grande marco foi a promulgação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Após a criação da Lei nº 4.320/64, e com a difusão dos microcomputadores, Slomski (2009) cita o alcance da maioria da contabilidade pública brasileira, criando-se a possibilidade de controle com sistemas informatizados, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI e o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios -SIAFEM. Para finalizar, é citada a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a qual exige novos padrões de controle e de transparência dos atos dos gestores públicos, e, inclusive, cria a obrigatoriedade da manutenção de sistemas de custos para a administração pública brasileira.

A contabilidade utilizada no setor público não representa a realidade de seu patrimônio, pois o orçamento é mantido como foco principal, em detrimento da contabilidade. Apesar disso, com a tendência mundial de aperfeiçoamento da contabilidade - tanto no setor público quanto no privado -, a STN, no âmbito do setor público, publicou a portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe ações no sentido de promover uma convergência às normas do IFAC e às das NBCASP, proporcionando as condições necessárias para se promover a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Isso possibilitou um enfoque

adequado ao seu objeto: o patrimônio público. Entretanto, para se alcançar essa Nova Contabilidade é necessário que os profissionais envolvidos tenham um novo perfil, frente aos novos rumos da profissão. Segundo Pires et al. (2009 apud ZAROWIN, 1997, p. 160) com a nova realidade mundial é necessário que os contadores assumam um novo papel – de parceiros de negócios e agentes de mudança. Para isso o autor assinala três perfis desejados para esse profissional:

- “(a) desenvolver habilidades de um facilitador, pois, para atuarem efetivamente como agentes de mudança, eles devem possuir características de persuasão e de facilitador, apresentando as informações de forma a convencer que as modificações não são apenas boas, mas necessárias;
- (b) ser um profissional do conhecimento, disponibilizando informações capazes de atender as necessidades informacionais de todos os departamentos da organização; e
- (c) ser preditivo, utilizando as informações de ontem como um guia para o amanhã, deixando de se concentrar no que já passou para começar a olhar para o futuro.”

Para facilitar a compreensão desse estudo e da nova contabilidade pública brasileira, nessa fase do trabalho foi abordado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, a institucionalização do processo de convergência no Setor Público em que traz a STN como órgão responsável pelo processo de convergência e pela a edição dos MCASP. Para finalizar, será explicado alguns conceitos da teoria da aprendizagem que dão sustentação teórica para este estudo.

2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP

Em 2006, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC cria o Grupo Assessor, com a finalidade de debater e propor novos rumos para a CASP. Para isso, foi necessário discutir os princípios fundamentais da contabilidade sob a perspectiva do setor público, surgidos a partir da resolução do CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007, atualizada pela resolução CFC nº 1.367, de 25 de novembro de 2011.

Segundo Feijó e Bezerra Filho (2012), com os Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público indo ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, tornou-se possível o Grupo Assessor do CFC em conjunto com os contadores públicos elaborarem as dez primeiras NBCASP, publicadas em 21 de dezembro de 2008, sendo assim estruturadas conforme Quadro 1:

Quadro 1: As dez primeiras NBCASP

Resolução	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
nº 1128	NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
nº 1129	NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis
nº 1130	NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
nº 1131	NBC T 16.4 - Transações no Setor Público
nº 1132	NBC T 16.5 - Registro Contábil
nº 1133	NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis
nº 1134	NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis

n° 1135	NBC T 16.8 - Controle Interno
n° 1136	NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão
n° 1137	NBC T 16.10-Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Fonte: Site CFC – Quadro elaborado pelo autor

A lei n° 4.320/64 pode se debruçar sobre a contabilidade, porém não é seu foco principal. Com as NBCASP, o foco está nos Princípios de Contabilidade e nas normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. Pois segundo Silva (2012):

[...] o enfoque orçamentário da contabilidade pública que, sem dúvida, é importante mas leva a uma contabilidade parcial, geradora de um balanço parcial, que não reflete todos os fatos administrativos ocorridos e, por consequência, pode levar a conclusões erradas sobre o patrimônio líquido da entidade.

Na resolução do CFC n° 1128, de 21 de novembro de 2008, que trata sobre a NBCT 16.1, são trazidos alguns conceitos importantes, o objeto e o campo de aplicação para um novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público. Feijó (2009, p. 23) diz que o “novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público visa resgatar a Contabilidade como ciência e seu objeto de estudo: o patrimônio da entidade pública”.

2. 2 Institucionalização do Processo de Convergência no Setor Público

Com a criação do decreto n° 3.589, de 6 de setembro de 2000, a STN passou a integrar o Sistema de Contabilidade Federal como órgão central. Porém, para se alcançar o novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público foi necessário fortalecer ainda mais o órgão responsável pela contabilidade pública, garantindo a ele poderes suficientes para discutir e normatizar sobre o assunto. Para isso, foi editada a portaria MF/STN n° 184, de 25 de agosto de 2008, que visa, segundo Feijó (2009, p. 27), “elevar o nível de institucionalização do processo, nos moldes dos atos publicados pelo Banco Central do Brasil (Comunicado 14.259/2006) e da Comissão de Valores Mobiliários (Instrução CVM n° 457/2007), que alavancaram a convergência no âmbito do sistema financeiro nacional e das companhias abertas, respectivamente”. A institucionalização do processo é percebida no seguinte artigo da portaria MF/STN n184, que determina:

[...] à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o desenvolvimento das seguintes ações no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* - IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente. (STN, 2008, p. 1).

Já o Decreto N° 6.976/2009, de 7 de outubro de 2009, vem para atualizar a portaria n° 184, de 25 de agosto de 2008, e o decreto n° 3589, de 6 de setembro de 2000, dispondo sobre o Sistema de Contabilidade Federal, que tem como objetivo promover a padronização e consolidação das contas nacionais, a busca pela convergência aos padrões internacionais e o

acompanhamento contínuo das normas para saber se estão sendo respeitados os princípios de contabilidade aplicada ao setor público.

O advento dessas legislações vem para fortalecer a STN, demonstrando, de forma clara, a intenção brasileira de aproximar suas normas atuais das normas internacionais, no âmbito do setor público. Dentre as diversas mudanças que constam nessas duas legislações, uma competência de destaque é, segundo SILVA FILHO *et al.* (2012), a competência por parte da STN de editar os manuais, normativos, instruções sobre os procedimentos contábeis e o plano de contas nacional de acordo com as NBCASP, editadas pelo CFC.

Quando houve a promulgação do decreto N° 6.976/2009, a STN já havia criado as duas primeiras edições dos Manuais, conforme o Quadro 2, através de portarias conjuntas com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Contudo, a partir do decreto n° 6976/2009 e da portaria n° 184/2008, a STN passa a ter exclusividade na competência para a elaboração dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Atualmente, os MCASP estão na sua quinta edição, conforme Quadro 2, e, quando se observa o histórico das versões, percebe-se que houve uma evolução significativa no que se refere ao número de volumes das edições, novos conceitos e procedimentos.

Quadro 2: Histórico de versões do MCASP – Mudanças Formais (Continua)

Versão	Elaborada	Válida	Volumes
1º Edição	2008	2009	I – Manual da Receita II – Manual da Despesa
2º Edição	2009	2010	I – Procedimentos Contábeis Orçamentários II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais III – Procedimentos Contábeis Específicos IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
3º Edição	2010	2011	Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Parte VI – Perguntas e Respostas Parte VII – Exercício Prático Parte VIII – Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas Volume de Anexos Anexos à 3ª Edição do MCASP Nota à 3ª Edição do MCASP
4º Edição	2011	2012	Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Parte VI – Perguntas e Respostas Parte VII – Exercício Prático Parte VIII – Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas Síntese das Alterações Volume de Anexos Anexos à 4ª Edição do MCASP Nota à 4ª Edição
5º Edição	2012	2013	Síntese das Alterações - MCASP - 5a. Edição Parte Geral - Introdução MCASP Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais

			Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Parte VI - Perguntas e Respostas Parte VII - Exercício Prático Parte VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas Volume de Anexos Anexos à 5a. Edição do MCASP
--	--	--	--

Fonte: Quadro adaptado da Apresentação 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade – Palestrante Paulo Henrique Feijó – 2012.

A evolução dos manuais se deve ao engajamento do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, que foi instituído pela portaria STN nº 136, de 6 de março de 2007, e tendo sua última atualização pela portaria STN nº 109, de 21 de fevereiro de 2011,. Isso possibilitou à STN, em conjunto com outros órgãos, discutir de forma mais institucionalizada a padronização e convergência da CASP.

Segundo o Regimento Interno - STN (2011), o GTCON tem a atribuição de analisar e elaborar diagnósticos e estudos, visando à padronização de procedimentos contábeis no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e apreciando as minutas do MCASP, elaboradas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, garantindo um compromisso com sua atualização permanente.

O GTCON é composto por diversos membros de diferentes instituições que discutem sobre conceitos, procedimentos e diagnósticos, a fim de seguir o processo de padronização e convergência no âmbito do setor público. A portaria MF/STN nº 109, de 21 de fevereiro de 2011, traz a relação, conforme Quadro 3, de instituições das quais é necessário que haja representantes no grupo. Esses representantes devem ser indicados dentre os servidores públicos, excetuando-se apenas os membros vinculados a Associações, Conselhos e Institutos, que nesse caso podem participar como assessores técnicos, especialistas de outras instituições ou como convidados.

Quadro 3: Instituições da portaria MF/STN nº 109, de 21 de fevereiro de 2011

I - Secretaria do Tesouro Nacional – STN a) Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF, que coordenará o GTCON; b) Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT; c) Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF; d) Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM.
II - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
III - Associação Brasileira dos Municípios – ABM;
IV - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON;
V - Confederação Nacional dos Municípios – CNM;
VI - Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
VII - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal – CONACI;
VIII - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados - CONOF;
IX - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal – CONORF
X - Controladoria Geral da União – CGU;
XI - Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/SPS/MPS;
XII - Frente Nacional de Prefeitos – FNP;
XIII - Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN;

XIV - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
XV - Instituto Rui Barbosa – IRB;
XVI - Secretaria de Orçamento Federal – SOF
XVII - Tribunal de Contas da União – TCU;

Fonte: Quadro adaptado da portaria MF/STN nº 109, de fevereiro de 2011

Como o grupo tem apenas caráter técnico e consultivo, os membros contribuem através de seus conhecimentos e experiências nas diversas áreas de atuação, como contábil, orçamentária, econômica e até de tecnologia da informação, a fim de aprimorar a nova contabilidade que será implantada no setor público. Por isso, é importante proporcionar uma diversidade de membros no grupo, independente da região geográfica, da esfera de governo ou do poder em que atuem. Isso porque como o Brasil possui ampla extensão territorial, existem problemas que são específicos de determinada região, estado ou município.

2.3 Colaboração e pertencimento com base na teoria da aprendizagem situada

Para analisar o perfil dos colaboradores será utilizada a Teoria da Aprendizagem Situada, que utiliza como base alguns pilares que dão sustentação teórica para este estudo, como aprendizagem, contexto, identidade, participação, colaboração e pertencimento. Por mais que o grupo esteja discutindo os novos rumos para a contabilidade aplicada ao setor público, isso não deixa de ser um processo de aprendizagem coletiva que segundo Gudolle (2010 apud LAVE e WENGER, 1991, p. 24) a “aprendizagem pela participação torna possível o envolvimento das pessoas em novas atividades, tarefas e funções, as quais exigem novos entendimentos”. Num cenário em que há a necessidade de se mudar a legislação, os procedimentos, a cultura organizacional, entre outros fatores, é necessário que haja o envolvimento de todos os membros para haver a quebra de paradigmas na contabilidade aplicada ao setor público e que o processo de mudança ocorra em toda a federação.

Flach (2010 apud LAVE E WENGER, 1991) define a aprendizagem como um processo que depende do contexto no qual o trabalho está sendo realizado, em que os membros adquirem conhecimentos e habilidades à medida que participam com outros profissionais, com isso estes grupos criam suas próprias identidades e significados, aprendendo de forma similar.

Gudolle (2010 apud LAVE e WENGER, 1991) diz que a teoria da aprendizagem situada é uma atividade situada em um contexto baseado na participação periférica legitimada, em que o indivíduo pertence a uma comunidade de prática e que esse processo a participação começa com o indivíduo atuando aos poucos (periféricamente) e gradualmente aumenta sua participação em complexidade e engajamento. Essa definição vai ao encontro do que acontece no GTCON, pois o grupo está inserido num contexto de mudanças constantes visando à convergência das normas internacionais e uma padronização da contabilidade aplicada ao setor público entre União, Estados e Municípios.

Esse processo de discussão de novos conceitos, procedimentos, normas e diretrizes está ocorrendo devido à contribuição de vários colaboradores que trabalham em diversos setores do serviço público, principalmente na área contábil, em que há diferentes realidades no seu órgão, setor, estado ou município no que se trata de práticas contábeis, que podem ser

levadas para discussão no grupo. Por isso Gudolle (2010 apud LAVE; WENGER, 1991, p. 57) fala que:

A aprendizagem situada ocorre pela participação e interação das pessoas em suas atividades coletivas caracterizadas por fazerem sentido aos membros de uma comunidade de prática. Nesse processo social de aprendizagem, o diálogo, a observação, as histórias contadas e as conversas entre as pessoas, são elementos que implicam diretamente nos comportamentos de aprendizagem dos membros da comunidade de prática, dado que são carregados de influências ambientais e sócio-culturais.

Para Flach (2010 apud WENGER, 1998) comunidade de prática são grupos de pessoas que tem um conjunto de problemas ou paixão por determinado tema em comum e que desenvolvem o seu conhecimento e especialização nessa área, conforme interação entre os membros em uma base regular. Esse conceito se assemelha à dinâmica do GTCON, pois o grupo no geral deseja criar um novo conhecimento a cerca da contabilidade aplicada ao setor público.

No GTCON algumas pessoas têm direito a voto e outras não, porém, no que se trata de contribuição nas discussões, o grupo é bem democrático. Todos podem contribuir, independente do seu nível escolaridade, conhecimento ou experiência. Assim, mesmo com um gestor altamente qualificado academicamente, na prática ele pode não conhecer as dificuldades e peculiaridades que um município pequeno, quando se fala em aplicar uma nova contabilidade. Por isso Gudolle (2010) fala que essa legitimidade de participar evoca um sentimento de pertencimento e assim ocorre o movimento de identificação que ocorre nas comunidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2010), uma pesquisa deve especificar os objetivos, apresentar a justificativa de sua realização, definir a modalidade de pesquisa e determinar os procedimentos de coleta e análise de dados. Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral traçar o perfil dos colaboradores do MCASP que participaram do GTCON desde a sua criação, e tem como justificativa de sua realização a exigência da portaria MF/STN nº 109, de 21 de fevereiro de 2011, pela preferência por contabilistas na sua representação. Esse estudo visa também proporcionar um *feedback* para os colaboradores desse mesmo grupo. No que se refere à definição da modalidade da investigação, a presente pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, pois segundo Gil (2010) as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. A respeito dos procedimentos de coleta e análise de dados a pesquisa está dividida em duas fases, sendo elas: (i) aplicação de questionário e (ii) análise descritiva do questionário.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário que, segundo Martins (2007), trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever, encaminhado para potenciais informantes selecionados previamente, tendo que ser respondido por escrito e, geralmente, sem a presença do pesquisador. Seguindo o que foi pensando pelo mesmo autor, normalmente os questionários são encaminhados pelo correio tradicional, correio eletrônico (*e-mails*), ou por um portador. No caso desse estudo, o questionário foi disponibilizado em um link que foi

enviado para o *e-mail* dos participantes do GTCON pela Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF, pois assim seria possível obter um maior número de respostas. A população dessa pesquisa foi a relação de *e-mails* que a STN utiliza como canal de comunicação com os membros que já participaram do GTCON, composto por 238 pessoas, lembrando que dessa relação foram retirado os quatro membros que colaboraram na fase de pré-teste e os servidores vinculados às coordenações CCONF e CCONT da STN, pois parte desses servidores apenas organiza as reuniões, ou seja, não contribuem para as discussões, por isso optou-se por retirá-los, restando 217 e-mails.

O questionário foi elaborado com perguntas predominantemente fechadas e apenas uma questão aberta, dividida em três partes: (i) Dados do entrevistado, (ii) Informações sobre a participação e (iii) Informações sobre a contribuição, conforme apêndice A. Algumas das perguntas foram analisadas utilizando a escala Likert, em que os entrevistados especificam seu nível de concordância em uma graduação de 1 a 5.

Para a validação do questionário utilizou-se o pré-teste. De acordo com Martins (2007), nessa fase se deseja o aprimoramento e o aumento da confiabilidade e validade, ou seja, garantias de que o instrumento se ajuste totalmente à finalidade da pesquisa. A fase do pré-teste foi feita com quatro colaboradores que participaram ativamente de outras reuniões do GTCON e que conhecem de perto o grupo. Vale ressaltar que os participantes do pré-teste, também membros do GTCON, foram excluídos da população da qual foi pesquisada.

Para análise dos dados coletados utilizou-se o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), tendo em vista que foi aplicada no caso estatística descritiva para análise dos dados que, segundo Toledo (2010, p.15), em um sentido mais amplo, pode ser classificada como Estatística Descritiva:

[...] pode ser interpretada como uma função cujo objetivo é a observação de fenômenos de mesma natureza, a coleta de dados numéricos referentes a esses fenômenos, a organização e a classificação desses dados observados e a sua apresentação através de gráficos e tabelas, além do cálculo de coeficientes (estatísticas) que permitem descrever resumidamente os fenômenos.

Para análise dos dados utilizou-se medidas de posição, em que as medidas de posição, também conhecidas como de tendência central, são usadas, segundo Stevenson (1981, p. 19), para indicar um valor que tende a tipificar, ou a representar melhor, um conjunto de números. As três medidas mais usadas segundo o autor são a média, a mediana e a moda. Na apresentação dos dados utilizou-se gráficos e tabelas para facilitar a compreensão por parte do leitor.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão e análise dos dados por parte do leitor, eles foram analisados com técnicas da estatística descritiva. Do dia 04 de dezembro de 2012 até 06 de janeiro de 2013 disponibilizou-se, na internet, o questionário para o público alvo da pesquisa, obtendo-se, da população de 217 e-mails, o retorno de 62 questionários respondidos, que corresponde a uma taxa de 28,57%. O questionário foi segmentado em três partes que foram analisadas separadamente: (i) dados do entrevistado, (ii) informações sobre a participação e (iii) informações sobre a contribuição.

4.1 Dados do entrevistado (a)

Quanto aos dados dos entrevistados, foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, idade, nível de formação, área de trabalho e tempo de experiência com contabilidade pública. Como pode ser observado no Quadro 4, dos 62 entrevistados, 34 são do sexo masculino, o que representa 54,8% do total. 28 são do sexo feminino, representando um percentual de 45,2%. No Quadro 4, dos 62 participantes, 52 tem graduação em ciências contábeis, isso demonstra que, apesar de não haver obrigatoriedade de ser contabilista, o número de respondentes com formação em ciências contábeis representa mais de 80% da amostra, demonstrando que a preferência por contabilistas está sendo respeitada quanto a sua representação.

Quando se analisa apenas os graduados em Ciências Contábeis, do total de 52 participantes, 29 (55,77%) membros são do sexo masculino e 23 (44,23%) são do sexo feminino. Essa divisão de gênero entre os graduados assume percentuais aproximados com a realidade brasileira quanto ao número de contadores ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade, tomando como base o mês de janeiro de 2013, segundo CFC. de acordo com o órgão, de um total de 293.248 contadores ativos, cerca de 56% são do sexo masculino e 44% são do sexo feminino.

Quadro 4: Colaboradores quanto ao sexo e formação acadêmica (Graduação)

Sexo	Administração	Ciências Contábeis	Economia	Engenharia	Outras áreas	Total
Feminino	1	23	1	0	3	28 (54,80%)
Masculino	1	29	1	2	1	34(45,20%)
Total	2	52 (83,87%)	2	2	4	62 (100,00)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

O Quadro 5 traz a faixa etária dos participantes do grupo, onde fica evidente que não há nenhum membro que esteja na faixa de 18 a 25 anos e que a maior concentração está na faixa de 41 a 50 anos de idade, representando 37,10% dos respondentes. Dos 62 respondentes, 37 membros tem idade acima de 41 anos, totalizando 59,68%.

Quadro 5: Entrevistados por idade

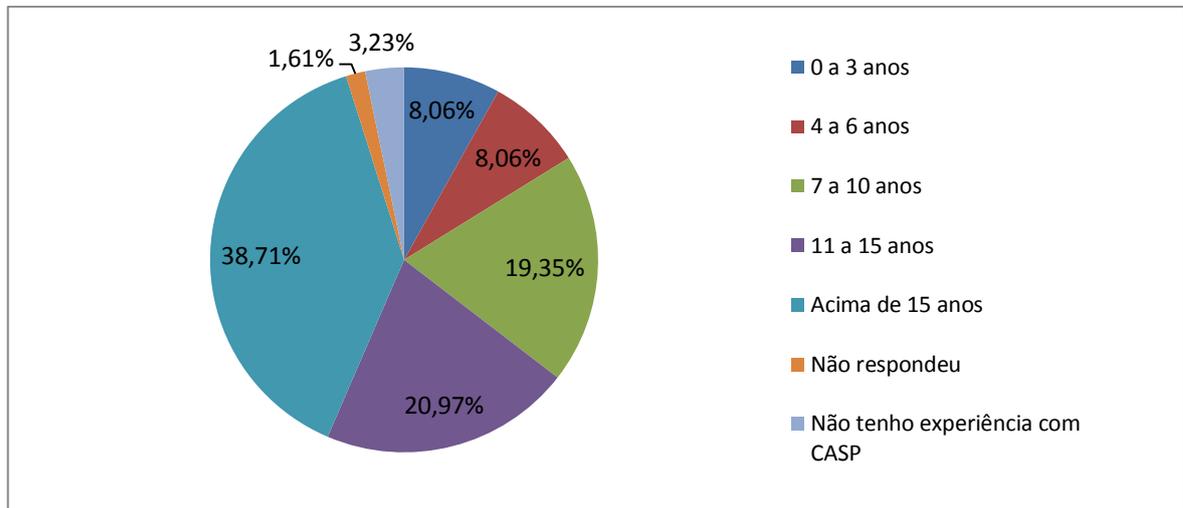
Idade	Membros	%	% acumulada
18 a 25 anos	0	0,00	0,00
26 a 30 anos	8	12,90	12,90
31 a 40 anos	17	27,42	40,32
41 a 50 anos	23	37,10	77,42
51 a 60 anos	13	20,97	98,39
Acima de 60 anos	1	1,61	100,00
Total	62	100,00	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Examinando o tempo de experiência com Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP no Gráfico 1, percebe-se que cerca de 60% dos participantes acumulam mais de 11 anos de experiência. Analisando as informações do Quadro 4 e do Gráfico 1, percebe-se que a amostra é composta, em sua grande maioria, por profissionais com maior experiência profissional. Esse fato pode evidenciar dentro do grupo práticas de participação periférica

legitimada, em que os membros com menos experiência interagem com os mais experientes, de forma periférica, e, com o passar do tempo, esses colaboradores vão participando e contribuindo cada vez mais, em termos de complexidade, engajamento, interação e troca de experiências vividas.

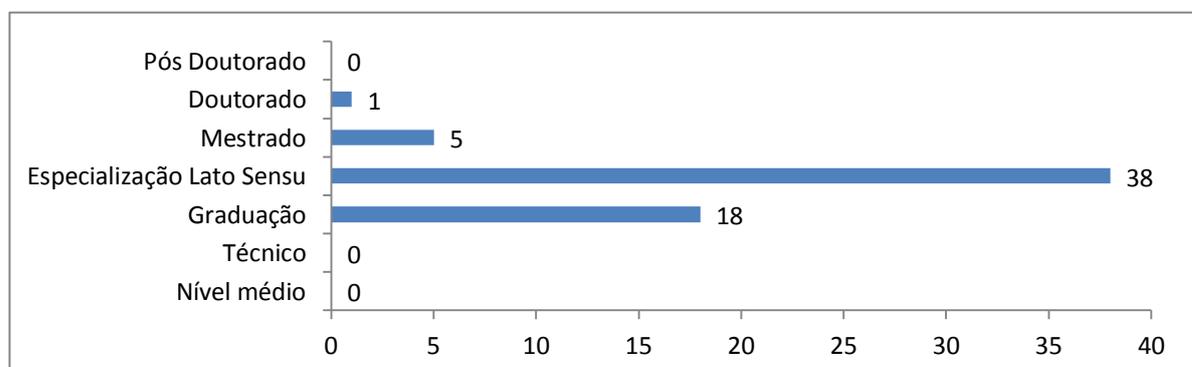
Gráfico 1: Tempo de experiência com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Continua)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Quanto aos níveis de escolaridade, observa-se no Gráfico 2 que 38 participantes possuem algum tipo de especialização Lato Sensu, sendo que, desse total, 29 são especializados em ciências contábeis. O único doutor presente na amostra tem doutorado em Ciências Contábeis e dos 5 que têm mestrado, 3 deles são de Ciências Contábeis. O número reduzido de colaboradores com pós-graduação Stricto Sensu (pós-doutorado, doutorado ou mestrado) em ciências contábeis traz à tona a realidade dos programas de pós-graduação Stricto Sensu do Brasil que, segundo Costa (2011), baseado em levantamento feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em 2009, haviam apenas 4 cursos de doutorado, 17 cursos de mestrado e 3 cursos de mestrado profissional. No questionário foi perguntado, quanto à escolaridade, se havia alguém com nível médio, técnico ou com pós-doutorado, porém nenhum respondente apresentou esse nível de escolaridade.

Gráfico 2: Escolaridade dos participantes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Apesar das reuniões acontecerem na região Centro-Oeste do Brasil, em Brasília (DF), e por não haver ajuda de custo por parte da STN para os participantes, o Quadro 6 mostra que

a maioria dos colaboradores são da região sudeste, o que representa 27,40% da amostra. Em segundo vem o centro-oeste, que tem 24,20% dos participantes. O nordeste vem em terceiro lugar com 21% e a região norte e sul representam 24,40%. Porém, o fato do grupo apresentar participantes de todas as regiões do Brasil aumenta o nível das contribuições, tendo em vista que cada participante traz consigo influências ambientais, socioculturais, peculiaridades e principalmente as dificuldades de se implantar, por exemplo, uma nova contabilidade aplicada ao setor público na sua região.

Quadro 6: Entrevistados por região

Região	Membros	%
Centro Oeste	15	24,20
Nordeste	13	21,00
Norte	6	9,70
Sudeste	17	27,40
Sul	9	14,50
Não respondeu	2	3,20
Total	62	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

No Quadro 7, observa-se que mais de 80% dos colaboradores são servidores públicos. Percebe-se que os servidores aderiram ao contexto de mudanças e que estão procurando alterar a realidade da contabilidade pública brasileira. Dentre esses servidores, no que se refere a tempo de serviço na área pública, cerca de 60% tem mais de 11 anos de serviço público. Cerca de 16% são colaboradores da iniciativa privada, o que pode ser explicado pela presença de estudantes, professores, empresas de consultoria, entre outros. Contudo, esses podem fazer parte das reuniões do GTCON desde que tenham feito a inscrição para participar das discussões. Ou seja, mesmo tendo um número limitado de participantes, o grupo não é fechado apenas para o setor público. Nos resultados não há nenhum participante que trabalha no terceiro setor.

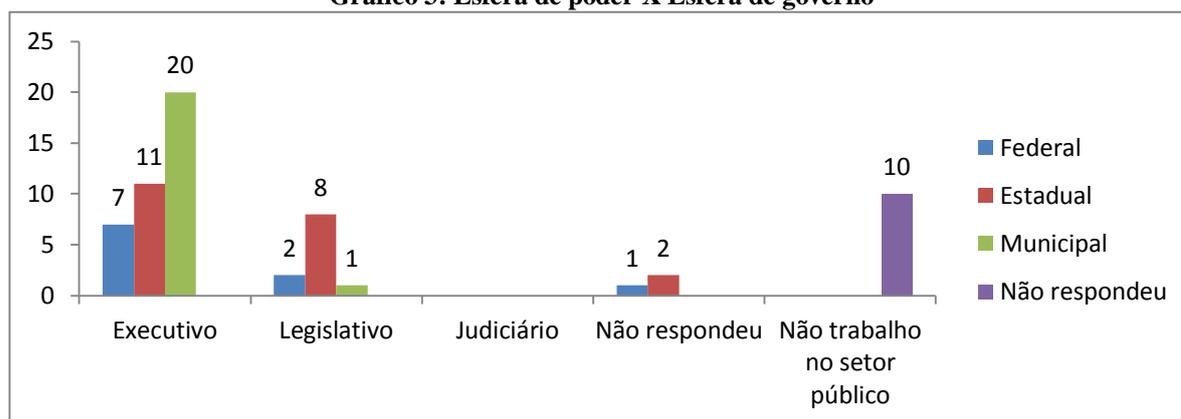
Quadro 7: Entrevistados por área de trabalho

Região	Membros	%
Terceiro setor	0	0,00
Iniciativa privada	10	16,10
Setor público	52	83,90
Total	62	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

O Gráfico 3 tem por objetivo mostrar como estão distribuídos os servidores públicos, quanto a esfera de governo que eles trabalham. O gráfico apresenta que 38 membros (61,30%) são do poder executivo e, desses membros, 20 são da esfera municipal, mostrando que os municípios tem grande representatividade dentro do grupo. Em segundo lugar vem o poder legislativo, que tem 11 participantes (17,74%). o restante dos 20,96% não respondeu ou não trabalham no setor público. A amostra não teve nenhum respondente do poder judiciário. Essa realidade expõe que o intercâmbio entre colaboradores de esferas de poder e de governo diferentes podem trazer contribuições significativas, tendo em vista que algumas transações ou procedimentos são típicos de determinada esfera de poder ou de governo, como é o caso, por exemplo, dos precatórios, que é comum no poder judiciário, em que a justiça requisita à fazenda pública do ente da federação o pagamento de alguma perda judicial, que será posteriormente incluída no orçamento público.

Gráfico 3: Esfera de poder X Esfera de governo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

4.2 Informações sobre a participação

Nas informações sobre a participação foi analisado se o membro é vinculado a alguma das instituições que trata o regimento interno do GTCON, se tem direito a voto, a qual o tipo e o ano de participação. Dos respondentes, 29 (46,77%) são vinculados aos órgãos descritos no regimento interno, 32 (51,61%) não são vinculados e apenas um (1,62%) dos participantes não respondeu. A participação dos não vinculados é importante, pois traz a contribuição de diversos interessados pelo tema e evidencia a ideia de comunidade de prática, que reuni um grupo de pessoas que tem paixão por determinado tema em comum e criam um conhecimento ou especialização nessa área, conforme interação entre os membros. Esses colaboradores estão ali para ensinar ou aprender, debater ou apenas ouvir sobre a temática da qual tem interesse. Os não vinculados podem ser assessores técnicos, especialistas de outras instituições que não seja sejam vinculadas e convidados, desde que tenha autorização prévia da STN. Nesse tipo de participação, encontra-se a oportunidade de professores, estudantes, membros de órgãos de classe participar e debater sobre os temas decorrentes do processo de mudanças.

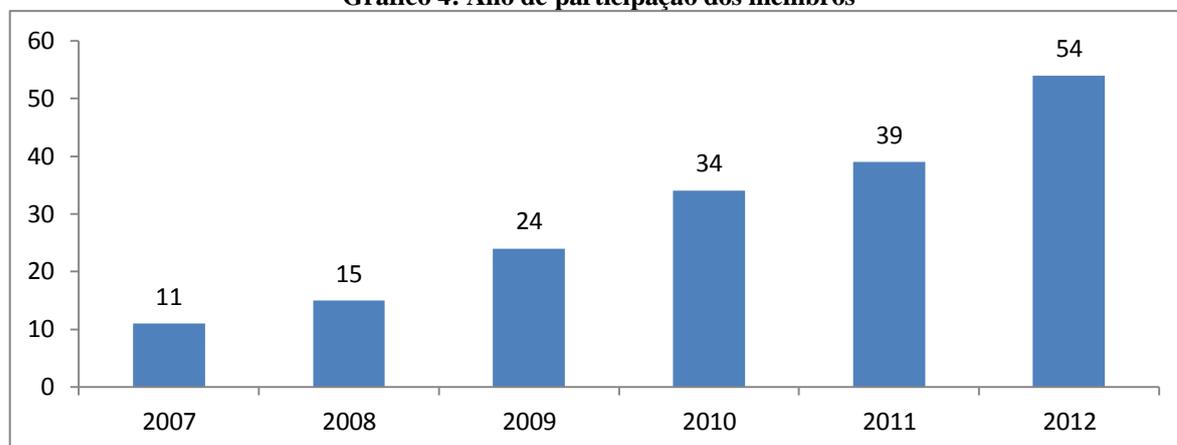
Dos respondentes, cerca de 35% têm direito a voto e os outros 65% não tem esse direito. No GTCON, todos podem dar sua contribuição nos debates sobre o tema designado para reunião, porém, após todos os questionamentos e debates, é necessário que se alcance um consenso. Para isso é necessário votação, para se decidir sobre determinados temas.

Com o intuito de identificar os anos de participação e a influência da institucionalização do processo de convergência, o Gráfico 4 apresenta o número de membros que participaram das reuniões desde a criação do GTCON. Nessa análise foi considerado apenas o ano, independente do número de reuniões que ocorreram no período em questão. O Gráfico 4 mostra que as participações são crescentes a cada ano. Esse crescimento pode ser explicado pela a edição da portaria MF/STN n° 184 e do decreto 6.976/2009, que delegaram competências à STN para alavancar o processo de convergência do setor público, mostrando a importância da discussão do tema dentro do atual contexto, possibilitando maior adesão ao processo de mudança.

Observando o Quadro 2, no referencial teórico, que trata do histórico de versões do MCASP, em que houve evolução de volumes, conceitos e procedimentos, e comparando com o Gráfico 4, percebe-se que a cada ano que se passa, está sendo maior a adesão e engajamento

por parte dos colaboradores. Novos conceitos surgiram, há um maior número de interessados e houve um crescimento do grupo. Tudo isso aconteceu devido à institucionalização do processo trazido pela STN, que contribuiu para promover a divulgação e a maior adesão às mudanças pretendidas pelo órgão, por diversos novos colaboradores.

Gráfico 4: Ano de participação dos membros



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Ao analisar o Quadro 8, percebe-se que, com relação aos respondentes, a representação dos membros com a graduação mínima em Ciências Contábeis sempre foi acima de 80%, quando se analisa ano a ano, podendo demonstrar que a mudança redacional da portaria MF/STN nº 109, “sendo preferencialmente contabilistas”, foi apenas para valorizar ainda mais a classe contábil, pois o número de contabilistas nas reuniões garantiu essa maioria no GTCON.

Quadro 8: Membros com graduação em Ciências Contábeis

Ano	Participantes	Ciências Contábeis	% Ciências Contábeis
2007	11	9	82%
2008	15	13	87%
2009	24	22	92%
2010	34	30	88%
2011	39	32	82%
2012	54	46	85%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

4.3 Informações sobre a contribuição

Tendo como base a opinião dos membros, nas informações sobre a contribuição foram analisadas as percepções sobre nível e importância das suas contribuições perante o grupo, sobre o nível de engajamento do grupo diante do processo de mudança e a opinião sobre a participação de membros com formação acadêmica diferente de ciência contábil.

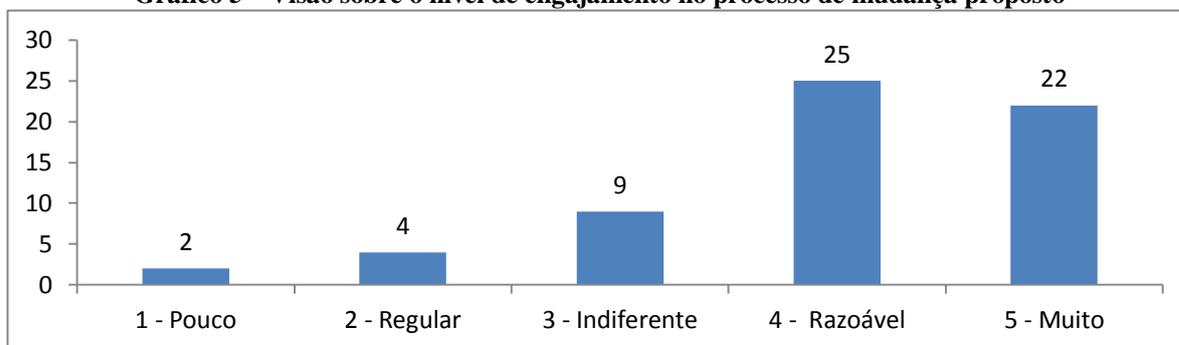
A respeito da contribuição, independente da formação acadêmica, 41 (66,10%) dos participantes são favoráveis à contribuição independente da área de formação e 21 (33,9%) não são favoráveis a esse tipo de contribuição. O fato de a maioria ser favorável a esse tipo de contribuição é um ponto positivo para o grupo, pois, de acordo com as idéias de Gudolle (2010 apud LAVE; WENGER, 1991), quando se trata de contribuição e processo de

aprendizagem em grupos, a experiência, influências ambientais e socioculturais são fatores mais relevantes. Nesse tipo de grupo de discussão, o que mais importa são as experiências vividas e o grau de conhecimento em contabilidade aplicada ao setor público que o membro pode contribuir para as discussões.

Baseada na opinião dos respondentes, cerca de 43,5% dos membros consideram que sua colaboração é razoável ou muita. Os outros 56,5% acreditam que seu nível de colaboração é indiferente, regular ou nenhuma para o GTCON. O fato de que o número de membros que avaliam seu nível de colaboração como muito ou razoável ser abaixo de 50%, pode ser explicado pelo fato do grupo e das discussões serem recentes, o que pode revelar práticas de participação periférica situada, em que os membros migram aos poucos da situação de participante periférico (contribui pouco) para a situação de participante pleno (contribui mais ativamente). Essa migração acontece conforme aumenta o nível de pertencimento e engajamento por parte de cada indivíduo.

Quanto ao nível, numa visão geral, de engajamento no processo de mudança proposto pelo grupo, o Gráfico 5 apresenta 22 membros (35,48%) que acreditam que o grupo está muito engajado, 25 (40,32%) dos respondentes acreditam que está razoavelmente engajado. Os outros 15 (24,20%) colaboradores acreditam que o engajamento é pouco, regular ou indiferente. Isso demonstra que a maioria dos colaboradores estão engajados com o processo de mudança proposto pela STN. Esse engajamento pode estar relacionado ao contexto em que os envolvidos querem contribuir de alguma forma com as mudanças, à aquisição de mais conhecimento, pois os que estão ali presentes são os primeiros detentores desse novo conhecimento que está sendo produzido, e à identificação com o tema.

Gráfico 5 – Visão sobre o nível de engajamento no processo de mudança proposto



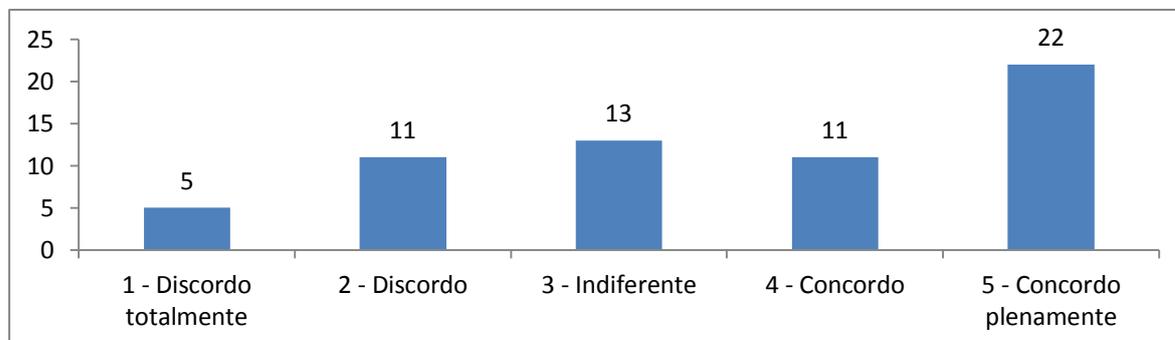
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

No questionário também foi levantada a questão de como o integrante do GTCON classifica a importância da sua contribuição. Apenas 12 (19,4%) consideram baixa ou regular a importância da sua contribuição, 24 (38,7%) consideram indiferente e 26 (41,9%) acham alta ou razoável a importância da sua contribuição. Perceber-se importante dentro de um grupo faz com que o membro se identifique cada vez mais com os outros membros e com os temas desenvolvidos nas reuniões, isso traz a tona o sentimento de pertencimento nos colaboradores, engajando-se cada vez mais.

Na questão que tratava se a contribuição, independente do nível de conhecimento na área de Ciências Contábeis, facilitava o processo de discussão do grupo, de acordo com o Gráfico 6, 22 (35,48%) concordam plenamente, 11 (17,74%) apenas concordam, 13 (20,96%) são indiferentes e os outros 16 membros (25,80%) discordam de alguma maneira. Apesar de o assunto principal ser a contabilidade, a possibilidade de contribuição por parte de membros de

outras áreas do conhecimento, como economia, administração, tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas é de suma importância nas discussões, pois as mudanças propostas influenciam em outros setores diferentes da contabilidade, por isso a integração com outras áreas facilita na hora das discussões.

Gráfico 6 - Contribuição independente do conhecimento em Ciências Contábeis



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

No questionário houve uma questão aberta em que os membros foram perguntados sobre qual foi a maior contribuição para o grupo. Dentre diversas respostas, grande parte das contribuições estão ligadas ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP (conjunto de contas previamente estabelecido que permitem elaboração de demonstrações para auxiliar na tomada de decisão), procedimentos específicos (contabilização de precatórios, consórcios públicos, convênios) e posicionamentos importantes em relação as diversas realidades dos municípios, estados ou órgãos que os membros atuam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo traçar o perfil profissional dos colaboradores do MCASP, que participaram do GTCON, lembrando que todas as análises foram feitas com base apenas nos dados dos respondentes, o que demonstra uma restrição da pesquisa.

No que se refere aos dados dos entrevistados, cerca de 55% (cinquenta e cinco) são do sexo masculino, os outros 45% (quarenta e cinco) são do sexo feminino. Cerca de 80% (oitenta) dos respondentes trabalham no setor público.

Em se tratando da formação acadêmica, cerca de 83% (oitenta e três) possui graduação mínima em Ciências Contábeis. Quanto às especializações em Ciências Contábeis, 29 (vinte e nove) possuem especialização Lato Sensu; 1 possui doutorado e 3 possuem mestrado. Essas características do grupo facilita o processo de discussão, tendo em vista que esse colaborador teve, no mínimo, acesso aos conhecimentos básicos, práticos e teóricos acerca da contabilidade, o que possibilita discutir mais a fundo sobre os diversos temas acerca da contabilidade. As informações acerca da formação acadêmica evidencia que quem está colaborando nas discussões do GTCON são pessoas predominantemente contabilistas.

Analisando a participação dos contabilistas, com formação mínima em Ciências Contábeis, desde a criação do GTCON, constatou-se que o percentual em todos os anos foi acima de 80% (oitenta). Essa informação responde a uma das indagações desse estudo, quanto a mudança redacional promovida pela portaria MF/STN nº 109. Os contabilistas foram maioria desde a criação do GTCON, revelando que a mudança redacional foi apenas para

valorizar ainda mais a classe contábil que está ganhando força cada vez mais, à medida que há avanços nas discussões.

Quanto à faixa etária dos respondentes, a maior concentração está na faixa entre 41 a 50 anos (cerca de 37,10%). Dos 62 respondentes, 37 membros (59,68%) possuem idade acima de 41 anos. Quanto à experiência com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP, cerca de 60% acumulam mais de 11 anos de experiência com CASP. Tendo como base esses dados, percebe-se que o grupo é composto por profissionais com maior experiência profissional. Esses anos de experiência, tanto de vida quanto de CASP, podem revelar os perfis desejados por Pires et al. (2009 apud ZAROWIN, 1997) em que com base no que o colaborador já vivenciou, ele poderá desenvolver a habilidade de facilitador do processo de mudanças, mostrando que elas são necessárias, utilizando-se de informações do passado para modificar o futuro, a fim de atender as necessidades informacionais da organização da qual está inserido.

Em relação às regiões do Brasil, há representantes de todas, o que pode elevar o nível das discussões por parte dos interessados em fazer parte desse processo de mudanças, afinal, cada membro pode contribuir de acordo com a realidade contábil da sua região.

Com base na opinião dos respondentes, 22 (35,48%) membros acreditam que numa visão geral o grupo está muito engajado com o processo de mudança proposto; 25 (40,32%) colaboradores acreditam que o grupo está razoavelmente engajado; os outros 15 (24,20%) são indiferentes ou acreditam que o engajamento é pouco ou regular. Esse engajamento pode ser influenciado por diversos parâmetros, pelo contexto, pela identidade com o grupo, pela contribuição, sentimento de pertencimento, aquisição de conhecimento.

Recomenda-se outras pesquisas explorando os outros grupos técnicos da STN, como o Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL e o Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais – GTSIS, afinal, esses grupos se baseiam nas reuniões do GTCON, já que os resultados das reuniões servem de insumos para as discussões desses outros grupos e que a participação dos contabilistas tende a aumentar o nível das discussões. Outra sugestão seria pesquisar sobre os membros precursores das mudanças propostas pelo GTCON através de entrevistas, e assim conhecer as principais dificuldades e embates que ocorrem no grupo e nas instituições participantes.

Quanto à coleta de dados, há necessidade de agradecer à STN/CCONF, que contribuiu com o envio dos *e-mails* para a relação de contatos que a coordenação possui como meio de comunicação entre os membros do GTCON, pois com esse apoio foi possível conseguir um número de respostas considerável para a pesquisa.

Tendo como base o exposto acima e os resultados das análises dos dados, acredita-se que os objetivos da pesquisa foram adequadamente alcançados. Espera-se que esta pesquisa sirva de base para outros estudos com foco na Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para outros acerca de colaboração dentro das organizações e que a pesquisa sirva de *feedback* para os colaboradores que estão envolvidos no processo de mudanças da contabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 6.976**, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm>. Acesso em: 15 dez. 2012

BRASIL. **Lei 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm > Acesso em: 19 nov. 2012

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.111**, de 05 de dezembro de 2007. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1111.doc> Acesso em: 21 Jan. 2013

COSTA, Abimael de Jesus Barros. **Rankings dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis**: análise da produção docente baseada em periódicos (2000 a 2009). 2011. 122f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2011.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **A Consolidação das NBCT SP no Brasil**: cronograma de implantação. 29 ago. 2012. 30 slides. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/palestras/29_ago/Auditorio_Tapajos_10hs/Paulo_Henrique_Feijo.ppt>. Acesso em: 11 dez. 2012. Apresentação em Power-point

FEIJÓ, Paulo Henrique; BEZERRA FILHO, João Eudes. A nova contabilidade aplicada ao setor público: O Futuro chegou para as contas públicas! **Revista Finanças dos Municípios Fluminenses**, Vitória, v.8, p. 198-202 Nov, 2012

FEIJÓ, Paulo Henrique; O Brasil rumo ao novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público. **Revista TCE-RJ**, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 18-37, jul./dez. 2009

SILVA FILHO, Augusto Cezar da Cunha et al. **Um estudo sobre o processo de convergência da contabilidade no setor público**: Um enfoque da implantação do Subsistema de Custos na Percepção dos Contadores Municipais do Estado da Paraíba. Universidade Federal de Pernambuco. 2011. Disponível em < [http://www.controladoria.ufpe.br/newsite/v3/wp-content/uploads/file/Anais_V_Seminario/Augusto_Cezar - ARTIGO 1 public.pdf](http://www.controladoria.ufpe.br/newsite/v3/wp-content/uploads/file/Anais_Seminario/Augusto_Cezar_ARTIGO_1_public.pdf) > Acesso em 04 de DEZ. 2012

FLACH, Leonardo. **Improvisação e Aprendizagem em Cervejarias Artesanais**: Um estudo no Brasil e na Alemanha. 2010. 257 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUDOLLE, Lucas Socoloski. **A participação e o pertencimento em grupos de trabalho à luz da teoria da aprendizagem situada**: um estudo na Dublin Irish Pub. 2010. 132 f. Tese (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani; DAMACENA, Claudio. **“Guarda-Livros” ou “Parceiros de Negócios”? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)**. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 20, n. 3, p. 157-187, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/655/421>> Acesso em: 10 de fev. 2013

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN). **Portaria n. 184**, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2008/portaria184.asp>> Acesso em: 21 jan. 2013

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN). **Portaria n. 109**, de 21 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Port_STN_109_2011_GTCON.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. Parte Geral. 5ª Ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Parte_Geral_Introducao_MCASP.pdf> Acesso em 12 de Fev. 2013

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN). **Regimento Interno do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/downloads/Regimento_Interno_GTCON_2011.pdf> Acesso em 15 de Fev. 2013

SILVA, Lino Martins da. **O papel do contador e as resistências no Setor Público**. Blog do Prof. Lino Martins da Silva. 30 set. 2012. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2012/09/30/o-papel-do-contador-e-as-resistenciais-no-setor-publico/>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2009

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal. 2. Ed. 2003. São Paulo: Atlas, 2003

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harbra, 1981

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica.** São Paulo: Atlas, 2010

APÊNDICE

APÊNDICE A - Perfil dos colaboradores do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP

Prezado Senhor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo traçar o perfil dos colaboradores do MCASP para subsidiar a elaboração de trabalho científico na área de Educação Contábil, sendo realizada, pelo graduando em Ciências Contábeis Rummenigue Farias Lima, sob a orientação do Prof. Mestre Abimael de Jesus Barros Costa, do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília - UnB.

Todas as informações recebidas serão tratadas em confidencialidade e comprometemo-nos a encaminhar ao final da pesquisa, um resumo do resultado obtido para que V. S^a possa compartilhar deste esforço desenvolvido.

Por oportuno, agradecemos a preciosa colaboração de V. S^a e colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários, disponibilizando nossos contatos a seguir:

Rummenigue Farias Lima - rummenigue@gmail.com

Prof. Mestre Abimael de Jesus Barros Costa – acosta@unb.br

Pesquisa acadêmica sobre o perfil dos colaboradores do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

Diversos foram os colaboradores que contribuíram para a concretização do MCASP, porém para esta pesquisa coletaremos dados apenas dos que participaram do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis - GTCON.

Essa pesquisa não se trata de solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que o resultado da pesquisa, quando de sua publicação, não refletirá, de modo algum, a opinião da instituição.

I – DADOS DO ENTREVISTADO (A)

1 - Sexo?

Masculino Feminino

2 - Qual sua idade?

18 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 40 anos
 41 a 50 anos 51 a 60 anos Acima de 60 anos

3 – Escolaridade? (Considerar apenas o que foi concluído)

Nível Médio Técnico Graduação

Especialização Lato Sensu Mestrado Doutorado

Pós Doutorado

4 - Formação acadêmica da graduação? (Informar apenas concluído)

Não tenho graduação Ciências Contábeis Administração

Economia Engenharia Outras áreas

No caso de outras áreas, qual sua graduação? _____

5 - Possui pós graduação Lato Sensu em alguma dessas áreas? Lato Sensu: No mínimo 360 horas (Informar apenas concluído)

Não tenho pós graduação Lato Sensu Ciências Contábeis

Administração Economia

Engenharia Outras áreas

No caso de outras áreas, qual sua pós graduação Lato Sensu? _____

6 - Possui pós-graduação Stricto Sensu em alguma dessas áreas? Stricto Sensu: Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado (Informas apenas concluído)

Não tenho pós graduação Stricto Sensu Mestrado em Ciências Contábeis

Doutorado em Ciências Contábeis Pós Doutorado em Ciências Contábeis

Mestrado em Administração Doutorado em Administração

Pós Doutorado em Administração Mestrado em Economia

Doutorado em Economia Pós Doutorado em Economia

Mestrado em Engenharia Doutorado em Engenharia

Pós Doutorado em Engenharia Mestrado em outras áreas

Doutorado em outras áreas Pós Doutorado em outras áreas

No caso de outras áreas, qual sua pós graduação Stricto Sensu? _____

7 - Área de trabalho?

Setor Público Iniciativa Privada Terceiro Setor

8 - Qual esfera de governo do setor público você trabalha?

Não trabalho no Setor Público Federal Estadual Municipal

9 - Qual esfera de poder do setor público você trabalha?

- Não trabalho no Setor Público Executivo Legislativo
 Judiciário Ministério Público

10 - Tempo de serviço público? (Considerar data de posse no serviço público)

- Não trabalho no Setor Público 0 a 3 anos 4 a 10 anos
 11 a 20 anos 21 a 30 anos Acima de 30 anos

11 - Região de trabalho?

- Centro Oeste Nordeste Norte
 Sudeste Sul

12 - Tempo de experiência com a contabilidade aplicada ao Setor Público?

- Não tenho experiência com contabilidade aplicada ao Setor Público
 0 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 10 anos
 11 a 15 anos Acima de 15 anos

II – INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO**13 - É representante vinculado a alguma das seguintes instituições?** (Lista de instituições conforme Regimento Interno do GTCN)

- Não sou vinculado a essas instituições
- I - Secretaria do Tesouro Nacional – STN
- II - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- III - Associação Brasileira dos Municípios – ABM;
- IV - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON;
- V - Confederação Nacional dos Municípios – CNM;
- VI - Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
- VII - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal – CONACI;
- VII - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados – CONOF;
- IX - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal –

CONORF;

X - Controladoria Geral da União – CGU;

XI - Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público –
DRPSP/SPS/MPS;

XII - Frente Nacional de Prefeitos – FNP;

XIII - Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN;

XIV - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

XV - Instituto Rui Barbosa – IRB;

XVI - Secretaria de Orçamento Federal – SOF

XVII - Tribunal de Contas da União – TCU;

Caso não seja vinculado as instituições descritas acima, qual instituição você é vinculado?

14 - Tem direito a voto?

Sim Não

15 - Tendo direito a voto, qual seu tipo de participação?

Não tenho direito a voto Titular Suplente

16 - Não tendo direito a voto, qual o seu tipo de participação?

Tenho direito a voto Assessor técnico

Especialista de outras instituições Convidado

17 - Ano de participação no GTCON (Marcar todos os anos de participação)

2007 2008 2009 2010 2011 2012

III – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRIBUIÇÃO

18 - Você é a favor da participação/contribuição de todos independentemente da formação acadêmica?

Sim Não

19 - Em quanto você mensura seu nível de contribuição, como membro do GTCON?

1 2 3 4 5
Nenhum Muito

20 - Das discussões ocorridas e dos resultados dessas discussões, como você classifica a importância da sua contribuição?

1 2 3 4 5
Baixa () () () () () Alta

21 - Numa visão geral, você acredita que os membros estão engajados no processo de mudança proposto pelo grupo?

1 2 3 4 5
Pouco () () () () () Muito

22 - Na sua percepção, qual o grau de utilização das suas contribuições no GTCON?

1 2 3 4 5
Baixo () () () () () Alto

23 - Você concorda que as discussões baseada na contribuição de todos os participantes, independentemente do nível de conhecimento na área de ciências contábeis, facilita o processo de discussão do grupo?

1 2 3 4 5
Discordo () () () () () Concordo

24 - Do que já foi discutido e produzido pelas discussões do GTCON, qual foi sua maior contribuição para o grupo?
